MUNICÍPIO DE BELMONTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2025

1. PRÊAMBULO

1.1. **O MUNICÍPIO DE BELMONTE**, inscrito no **CNPJ** sob nº **80.912.108/0001-90** através Do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, torna público e lavra o presente **Termo de Dispensa** para a contratação dos serviços constantes no presente edital, de acordo com o art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 99/2025 de 29 De Maio De 2025, diante das condições e do fundamento legal expressos no presente edital.

1.2. Integram o presente Termo de Dispensa, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo I: Termo de Referência;

Anexo II: Minuta de Contrato

Anexo III: Ratificação

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente Termo de Dispensa encontra fundamentação legal no art. 74 caput, da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, que dispõe:

> *Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, (...):*

3. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de vaga em hospital psiquiátrico infantil para criança de até 12 (doze) anos**,** para internação em regime integral, pelo período de 30 (trinta) dias destinada ao atendimento de paciente em situação de sofrimento psíquico grave, que demanda cuidados especializados, monitoramento clínico contínuo e tratamento multiprofissional, conforme indicação técnica e determinação judicial.

4. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E OBJETIVO

A contratação de vaga em hospital psiquiátrico infantil, pelo período inicial de 30 (trinta) dias, com possibilidade de prorrogação conforme evolução clínica, mostra-se necessária, urgente e imprescindível diante do grave quadro psiquiátrico apresentado pela criança, caracterizado por sofrimento psíquico intenso, episódios de agressividade, surtos psicóticos, resistência ao tratamento ambulatorial e risco concreto à sua integridade física e à de terceiros.

A excepcionalidade e a gravidade da situação encontram-se devidamente reconhecidas por decisão judicial proferida nos autos da Medida de Proteção nº 5002173-31.2023.8.24.0043/SC, da Vara Única da Comarca de Descanso/SC, a qual deferiu a internação psiquiátrica do menor, com fundamento no art. 101, inciso V, do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como nos princípios da Proteção Integral e do Melhor Interesse da Criança, diante da insuficiência das medidas protetivas ordinárias até então adotadas. Conforme expressamente consignado na decisão judicial, os relatórios técnicos da instituição de acolhimento e o laudo psiquiátrico atestam que a rede de atenção psicossocial em regime aberto e o acompanhamento ambulatorial não se mostram eficazes para conter o quadro clínico apresentado, tornando indispensável a internação em regime hospitalar integral, com acompanhamento contínuo e especializado Registra-se, ainda, que a rede pública de saúde mental, no momento, não dispõe de vaga imediata compatível com a complexidade do caso, tampouco de estrutura adequada para assegurar o tratamento intensivo exigido, circunstância que inviabiliza a utilização de alternativas públicas no tempo necessário à preservação da vida, da integridade física e da segurança do paciente e de terceiros.

Dessa forma, a contratação de vaga em hospital psiquiátrico infantil da rede privada fundamenta-se na urgência da demanda, na indisponibilidade de leitos públicos, bem como no cumprimento de ordem judicial, sendo a única solução capaz de garantir atendimento imediato, digno, seguro e eficaz, em conformidade com as normas técnicas da política de saúde mental e com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A escolha do hospital contratado decorre do fato de tratar-se de instituição regularmente credenciada, com alvarás sanitários vigentes, equipe multiprofissional qualificada, experiência comprovada no atendimento psiquiátrico infantil e, sobretudo, disponibilidade imediata de vaga, requisito essencial para a efetividade da medida judicial e para a proteção integral do menor, conforme determinado pelo Poder Judiciário Diante do exposto, resta evidenciada a adequação, razoabilidade e proporcionalidade da solução adotada, configurando-se a contratação não apenas como necessária, mas como a única medida possível e juridicamente amparada para atender, de forma tempestiva e eficaz, às necessidades clínicas do paciente no momento presente, bem como para assegurar o cumprimento da decisão judicial e a tutela do interesse público envolvido.

5. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA

Para comprovação de habilitação e qualificação da contratada, deverão constar nos autos:

a) **Certidão de regularidade relativa a débitos municipais**, emitida pelo Município sede da contratada.

b) **Contrato Social, Estatuto ou Ato Constitutivo** devidamente registrado, incluindo todas as alterações consolidadas, que comprovem a constituição e a representação legal da empresa.

c) **Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União**, emitida pela Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

d) **Certidão Negativa de Débitos Estaduais**, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, conforme legislação aplicável.

e) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

f) **Certificação da ausência de penalidades nos cadastros federais**, incluindo:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- Cadastro Nacional de Suspensão e Impedimentos (CNSI), quando aplicável.

g) **Certidão de Regularidade junto ao FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal.

- h) **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)** atualizado.

6. CONTRATADA

Plenno Jovens Anjos Centro Terapêutico LTDA, inscrita no CNPJ nº **61.968.757/0001-68**, localizada na **Rua Duque de Caxias nº 222, Bairro Centro, Cruz Alta/RS.**

7. DA RAZÃO DE ESCOLHA DO CONTRATADO

A escolha do contratado decorre de criteriosa análise técnica e administrativa realizada no âmbito do processo, tendo como base a **necessidade urgente de internação psiquiátrica infantil em regime integral**, o **cumprimento de decisão judicial** e a **inviabilidade de competição**, nos termos do art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021.

Conforme demonstrado no levantamento de mercado, **outras instituições especializadas foram consultadas**, contudo **não possuíam vagas disponíveis de forma imediata**, requisito indispensável diante da gravidade do quadro clínico apresentado e da necessidade de atendimento imediato. Em uma das consultas realizadas, houve indicação de eventual disponibilidade, porém em **condições técnica e financeiramente inviáveis**, considerando o valor elevado decorrente da cobrança proporcional por período inferior a um mês.

A instituição **Plenno Jovens Anjos Centro Terapêutico LTDA**, inscrita no CNPJ nº **61.968.757/0001-68**, destacou-se como a **única opção viável no momento da demanda**, por reunir, simultaneamente, os seguintes requisitos essenciais:

- **Disponibilidade imediata de vaga**, condição determinante para assegurar a efetividade da medida e evitar o agravamento do quadro clínico do paciente;
- **Capacidade técnica e operacional compatível** com a complexidade do atendimento exigido, incluindo estrutura física adequada e equipe multiprofissional qualificada;

- **Regularidade jurídica, fiscal e sanitária**, com alvarás e credenciamentos vigentes;
- **Condições econômicas compatíveis com os preços praticados no mercado**, conforme pesquisa realizada e referências de contratações similares.

Dessa forma, a escolha do contratado mostra-se **tecnicamente adequada, juridicamente fundamentada e administrativamente necessária**, atendendo aos princípios da **legalidade, eficiência, razoabilidade, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público**, configurando-se como a **única solução capaz de atender, de forma tempestiva e eficaz**, à necessidade identificada pela Administração Pública.

8. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O valor estimado da contratação foi definido com base na **proposta técnica e financeira apresentada pela instituição a ser contratada**, a qual detalha de forma clara e objetiva os serviços a serem prestados, incluindo internação psiquiátrica integral, acompanhamento multiprofissional contínuo e demais atendimentos necessários ao tratamento do paciente.

Para fins de **verificação de conformidade, compatibilidade de preços e disponibilidade de vagas**, procedeu-se à consulta de **contratações similares realizadas por outros entes públicos**, devidamente registradas na Plataforma Nacional de Contratações Públicas – PNCP, as quais demonstram valores praticados no mercado para serviços equivalentes, a exemplo das contratações realizadas pelos Municípios de Guaporé/RS, Pouso Redondo/SC e Município de Florianópolis/SC.

Registra-se que **outras instituições especializadas foram contatadas**, contudo, **não possuíam vagas disponíveis de forma imediata**, requisito essencial diante da urgência do caso e da necessidade de cumprimento de decisão judicial. Em um dos contatos realizados, houve indicação de eventual disponibilidade, porém o valor apresentado seria **tecnicamente mais elevado**, considerando que a cobrança seria proporcional a período inferior a um mês, o que tornaria a contratação **financeira e tecnicamente inviável**, além de incompatível com a estimativa inicial de 30 (trinta) dias de internação.

Dessa forma, o valor estimado reflete **condições adequadas, justas e compatíveis com a realidade de mercado**, observando-se os princípios da **economicidade, eficiência, razoabilidade e interesse público**, bem como assegurando a **viabilidade financeira da contratação**, sem prejuízo da qualidade e da continuidade do atendimento necessário.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2025, conforme previsão na **Lei Orçamentária Anual**.

ÓRGÃO - 10.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE - 10.002 - ATIVIDADES MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA - 10.302.0012.2.040 - MANUT. PROGRAMA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

DESPESA: 3.3.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

RECURSO: 1.500.1002.0000 - RECURSOS DE IMPOSTOS DESTINADOS A SAÚDE

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

A Gestão da execução do contrato ficarão a cargo do **Secretário Municipal de Assistência Social, Sr. Fernando Revers**, da **Secretária Municipal de Saúde, Sra. Juliana Scaranti**, e fiscalização **da Assistente Social, Sra. Cláudia M. K. Teixeira**, conforme **designação formal constante nos autos**, os quais serão responsáveis pelo monitoramento da execução do objeto, verificação da conformidade dos serviços prestados e adoção das providências administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.

11. DO PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa na dotação orçamentária do ano de 2025.
b) O pagamento será feito no último dia útil de cada mês após a emissão da nota fiscal de cada serviço, devidamente atestada pelo responsável.
c) O Município de Belmonte-SC não se responsabiliza por eventuais atrasos no pagamento considerando a não entrega do documento fiscal, bem como, da substituição do documento por erro de preenchimento e emissão.
d) Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.
e) O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
f) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
g) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
h) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12. DO REAJUSTE

a) A concessão de revisão ou recomposição, reajuste, e repactuação dos preços se dará na forma da legislação vigente.
b) Os prazos para resposta ao pedido de repactuação de preços e de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 05 dias úteis, a contar das datas do recebimento do pedido.

c) Os preços apresentados nas propostas serão permanentes e irreajustáveis em período inferior a 12 (doze) meses, de acordo com a legislação vigente, podendo ser corrigido pelo **IPCA** após o período citado com data-base vinculada à data do orçamento estimado, ou, na ausência deste, outro índice aplicável.
d) reequilíbrio econômico poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo(a) CONTRATADO (A) desde que comprovado caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d" da lei nº 14.133/93, sendo que a resposta de deferimento ou indeferimento do pedido ocorrerá sempre no primeiro dia do mês subsequente a requisição.
e) Se concedido o reequilíbrio este atingirá somente compras futuras, posteriores ao pedido, não recaindo nas compras já solicitadas e empenhadas. Devendo o fornecedor entregar os bens já empenhados pelo valor da licitação.
f) Caso ocorra a solicitação de repactuação a Contratante responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

13. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

a) Prazo para início da execução -O início da execução do serviço deverá ocorrer de forma imediata, em prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a formalização da contratação ou conforme determinação administrativa ou judicial, considerando a urgência da demanda.
b) A prestação do serviço terá duração de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da data de ingresso do paciente na instituição hospitalar, podendo ser prorrogada mediante nova avaliação técnica e autorização da Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A contratada estará sujeita às penalidades previstas nos arts. **156 a 162 da Lei nº 14.133/2021**, em caso de inexecução total ou parcial do objeto.

15. DA RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

O presente processo será submetido à apreciação da **Autoridade Superior** para fins de autorização e **ratificação da inexigibilidade de licitação**, conforme art. 72, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

16. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

a) A formalização da presente contratação ocorrerá mediante **instrumento contratual**, conforme dispõe o art. 89 da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de serviço cujo valor e complexidade exigem celebração de contrato administrativo
b) O contrato somente será assinado após a **ratificação da inexigibilidade**, a **comprovação da regularidade de habilitação**, a **adequada instrução do processo administrativo** e a **publicação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, nos termos dos arts. 94 e 175 da Lei 14.133/2021.

c) Quaisquer alterações contratuais somente poderão ocorrer mediante termo aditivo devidamente justificado, observando-se as hipóteses previstas nos arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021.

17. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

17.1. Para fins de garantir a ampla publicidade, este ato que autoriza a inexigibilidade de licitação, junto com os demais documentos mencionados neste documento, será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);

II - Página do Município de Belmonte;

III - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021).

17.2. Fica eleito o **Foro da Comarca de Descanso/SC** para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução do objeto, após esgotadas todas as tentativas de solução administrativa.

Belmonte/SC, 22 de dezembro de 2025.

Jair Antônio Giumbelli
Prefeito(a) Municipal

Juliana Scaranti

Secretária Municipal De Saúde

TEREZINHA DE FÁTIMA PEREIRA KLEIN

Assessor Jurídico

OAB/SC nº. 36.087

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2025

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE VAGA EM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO INFANTIL PARA CRIANÇA DE ATÉ 12 (DOZE) ANOS, PARA INTERNAÇÃO EM REGIME INTEGRAL, PELO PERÍODO DE 30 (TRINTA) DIAS DESTINADA AO ATENDIMENTO DE PACIENTE EM SITUAÇÃO DE SOFRIMENTO PSÍQUICO GRAVE, QUE DEMANDA CUIDADOS ESPECIALIZADOS, MONITORAMENTO CLÍNICO CONTÍNUO E TRATAMENTO MULTIPROFISSIONAL, CONFORME INDICAÇÃO TÉCNICA E DETERMINAÇÃO JUDICIAL.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade urgente e inadiável de assegurar atendimento especializado em internação psiquiátrica infantil em regime integral, com vistas à proteção da saúde, da integridade física e psíquica de criança em situação de extrema vulnerabilidade, conforme avaliação médica especializada e determinação judicial.

O problema a ser solucionado decorre do grave quadro psiquiátrico apresentado, caracterizado por sofrimento psíquico intenso, episódios recorrentes de agressividade, surtos psicóticos, resistência ao tratamento ambulatorial e risco concreto à própria integridade e à de terceiros, circunstâncias que tornam insuficientes e inadequadas as medidas terapêuticas em regime aberto ou exclusivamente ambulatorial.

A necessidade da contratação encontra respaldo no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, especialmente em seu art. 101, inciso V, que prevê a requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial, bem como nos princípios da Proteção Integral e do Melhor Interesse da Criança, consagrados no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4º do ECA. Ademais, a contratação atende ao disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente ao art. 74, que admite a contratação direta por inexigibilidade quando inviável a competição, hipótese verificada no caso concreto.

Ressalta-se que, no momento da demanda, a rede pública de saúde mental não dispõe de vaga imediata compatível com a complexidade do caso e com o público específico, tampouco de estrutura adequada para garantir acompanhamento contínuo e intensivo, o que torna a contratação junto à rede privada a única solução viável para atendimento tempestivo e eficaz da necessidade identificada. Os benefícios esperados com a contratação incluem a estabilização clínica do paciente, a redução de riscos à integridade física e psíquica da criança e de terceiros, o cumprimento de decisão

judicial, a preservação da segurança coletiva e a efetividade das políticas públicas de saúde e proteção social.

A contratação, portanto, alinha-se aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, razoabilidade, continuidade do serviço público e interesse público, mostrando-se indispensável para a adequada atuação da Administração Pública frente à situação apresentada.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para assegurar a execução adequada, a empresa contratada apresentou:

a) **Certidão de regularidade relativa a débitos municipais**, emitida pelo Município sede da contratada.

b) **Contrato Social, Estatuto ou Ato Constitutivo** devidamente registrado, incluindo todas as alterações consolidadas, que comprovem a constituição e a representação legal da empresa.

c) **Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União**, emitida pela Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

d) **Certidão Negativa de Débitos Estaduais**, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, conforme legislação aplicável.

e) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

f) **Certificação da ausência de penalidades nos cadastros federais**, incluindo:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- Cadastro Nacional de Suspensão e Impedimentos (CNSI), quando aplicável.

g) **Certidão de Regularidade junto ao FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal.

h) **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)** atualizado.

4. QUANTIDADE E VALOR ESTIMADO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	VAGA PARA INTERNAÇÃO EM CLINICA	DIAS	30	R$ 720,00	R$21.600,00

	PSIQUIÁTRICA QUE ATENDA CRIANÇA DE ATÉ 12 ANOS				

6. EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto contratado consistirá na prestação de serviços de internação psiquiátrica em regime integral (24 horas), pelo período de 30 (trinta) dias – passível de ampliação, a ser realizada em hospital psiquiátrico devidamente credenciado, localizado em endereço previamente informado e aprovado pela Administração Pública.

a) Local de prestação dos serviços- Os serviços serão prestados nas dependências da instituição hospitalar contratada, a qual deverá dispor de estrutura física adequada, conforme as normas sanitárias, técnicas e de segurança vigentes, garantindo condições dignas, seguras e apropriadas ao atendimento psiquiátrico.

b) Prazo para início da execução -O início da execução do serviço deverá ocorrer de forma imediata, em prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a formalização da contratação ou conforme determinação administrativa ou judicial, considerando a urgência da demanda.

c) Prazo de execução - A prestação do serviço terá duração de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da data de ingresso do paciente na instituição hospitalar, podendo ser prorrogada mediante nova avaliação técnica e autorização da Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

d) Natureza do serviço - O serviço caracteriza-se como contínuo e temporário, devendo ser prestado de forma ininterrupta durante todo o período de internação, com acompanhamento clínico permanente e atendimento integral ao paciente.

e) Forma de execução e entrega do serviço - A execução do objeto dar-se-á por meio da internação integral do paciente**,** incluindo acolhimento, avaliação psiquiátrica inicial, acompanhamento clínico contínuo, tratamento medicamentoso, atendimento multiprofissional e manejo de intercorrências, conforme plano terapêutico definido pela equipe médica.

f) Forma de entrega e comprovação da execução - A comprovação da execução do serviço ocorrerá mediante:

- Registro do período de internação;
- Prontuário médico devidamente atualizado;
- Relatórios técnicos ou de evolução clínica, quando solicitados pela Administração Pública.

g) Encerramento da execução - Ao término do período contratado, será realizada **avaliação clínica final**, com indicação de alta, encaminhamento para acompanhamento ambulatorial ou recomendação de continuidade do tratamento, conforme avaliação técnica.

7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal nº 99/2025 de 29 de maio de 2025, que "Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de BELMONTE/SC, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021".

7.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.3. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.4. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.6. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.8. O fiscal do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.9. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato.

Gestor:

Nome completo:	Fernando Revers e Juliana Scaranti	Cargo:	Secretários Municipais de Assistencia social e Saúde

Fiscal:

Nome completo:	Claudia M. K. Teixeira	Nº da Matrícula:	1128/01	Cargo:	Assistente Social

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa na dotação orçamentária do ano de 2025 e anos subsequentes.

8.2. O pagamento será feito no último dia útil de cada mês após a emissão da nota fiscal de cada

serviço, devidamente atestada pelo responsável.

8.3. O Município de Belmonte-SC não se responsabiliza por eventuais atrasos no pagamento considerando a não entrega do documento fiscal, bem como, da substituição do documento por erro de preenchimento e emissão.

8.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

8.5. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9. REAJUSTE DE PREÇOS

a) A concessão de revisão ou recomposição, reajuste, e repactuação dos preços se dará na forma da legislação vigente.
b) Os prazos para resposta ao pedido de repactuação de preços e de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 05 dias úteis, a contar das datas do recebimento do pedido.
c) Os preços apresentados nas propostas serão permanentes e irreajustáveis em período inferior a 12 (doze) meses, de acordo com a legislação vigente, podendo ser corrigido pelo **IPCA** após o período citado com data-base vinculada à data do orçamento estimado, ou, na ausência deste, outro índice aplicável.
d) reequilíbrio econômico poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo(a) CONTRATADO (A) desde que comprovado caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d" da lei nº 14.133/93, sendo que a resposta de deferimento ou indeferimento do pedido ocorrerá sempre no primeiro dia do mês subsequente a requisição.
e) Se concedido o reequilíbrio este atingirá somente compras futuras, posteriores ao pedido, não recaindo nas compras já solicitadas e empenhadas. Devendo o fornecedor entregar os bens já empenhados pelo valor da licitação.
f) Caso ocorra a solicitação de repactuação a Contratante responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

10. RAZÃO DE ESCOLHA DO CONTRATADO

A escolha do fornecedor para a presente contratação recaiu sobre a instituição **Plenno Jovens Anjos Centro Terapêutico LTDA**, inscrita no CNPJ nº **61.968.757/0001-68**, localizada na **Rua Duque de Caxias nº 222, Bairro Centro, Cruz Alta/RS**, por atender, de forma **plena, imediata e satisfatória**, às exigências **técnicas, operacionais e legais** necessárias à prestação do serviço de **internação psiquiátrica infantil em regime integral**, pelo período inicial de **30 (trinta) dias**, passível de prorrogação conforme avaliação clínica.

A instituição selecionada encontra-se **regularmente constituída**, com **regularidade jurídica e fiscal**, devidamente **credenciada junto aos órgãos competentes**, possuindo **alvarás sanitários vigentes** e estrutura física compatível com o objeto contratado. Conta, ainda, com **equipe multiprofissional qualificada**, composta por médicos psiquiatras, profissionais de enfermagem, psicologia e demais áreas da saúde, assegurando atendimento **contínuo, seguro, especializado e humanizado**, em conformidade com as normas técnicas e legais aplicáveis à política de saúde mental.

Destaca-se, como **fator determinante para a escolha do fornecedor**, a **disponibilidade imediata de vaga**, condição indispensável diante da **urgência do caso**, da **inexistência de leitos disponíveis na rede pública** no momento da demanda e da necessidade de atendimento a **público específico**, conforme determinação judicial e avaliação médica. Tal circunstância garante a **efetividade da medida adotada**, evitando o agravamento do quadro clínico da criança e mitigando riscos à sua integridade física e à de terceiros.

Sob o aspecto econômico, os valores apresentados pela instituição mostram-se **compatíveis com os preços praticados no mercado**, conforme demonstrado na pesquisa de preços realizada, considerando a **complexidade do serviço**, o **regime de internação integral (24 horas)** e a **abrangência dos atendimentos ofertados**, atendendo aos princípios da **economicidade, razoabilidade e eficiência**.

Ademais, a instituição possui **experiência comprovada na prestação de serviços de saúde mental**, histórico de atendimento a demandas semelhantes e **capacidade operacional compatível com o objeto contratado**, o que reforça a **segurança, confiabilidade e adequação** da escolha realizada pela Administração Pública.

Dessa forma, a seleção do fornecedor atende plenamente aos princípios da **legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público**, restando **devidamente justificada** como a solução **mais adequada e segura** para atender à necessidade identificada.

Nos termos do **art. 74 da Lei nº 14.133/2021**, é inexigível a licitação quando **inviável a competição**, hipótese verificada quando não há possibilidade fática ou jurídica de disputa entre fornecedores aptos a atender, de forma equivalente, à necessidade da Administração Pública.

No caso em análise, resta configurada a hipótese de **inexigibilidade de licitação**, uma vez que a Administração **não dispõe de opções viáveis** senão a contratação direta de fornecedor específico, diante da inexistência de alternativas que atendam simultaneamente às exigências técnicas,

operacionais, legais e, sobretudo, à **disponibilidade imediata de vaga** para atendimento especializado.

A inexigibilidade de licitação ocorre quando é **impossível promover a competição**, seja porque apenas um fornecedor reúne condições suficientes para atender à necessidade pública, seja porque a natureza da demanda inviabiliza a comparação objetiva entre propostas, afastando a aplicação do critério de vantajosidade típico dos certames licitatórios.

Nesse sentido, leciona **Marçal Justen Filho**, em *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos* (14ª ed., p. 380):

> *"A inviabilidade de competição também se verificará nos casos em que houver impossibilidade de seleção entre as diversas alternativas segundo um critério objetivo ou quando o critério da vantajosidade for incompatível com a natureza da necessidade a ser atendida."*

No presente caso, a **competição mostra-se inviável** em razão de tratar-se de **cumprimento de decisão judicial**, que determinou a internação psiquiátrica em regime integral, aliada à **escassez de instituições especializadas com vagas disponíveis** para o atendimento do público específico e à necessidade de estrutura adequada para garantir segurança, atenção contínua e bem-estar da pessoa acolhida.

O levantamento de mercado realizado demonstrou que, **dentre as instituições existentes**, apenas uma reúne, no momento da demanda, **capacidade técnica, regularidade legal, estrutura compatível e disponibilidade imediata de vaga**, circunstância que torna **inviável a competição** e legitima a contratação direta por inexigibilidade, com fundamento no **caput do art. 74 da Lei nº 14.133/2021**.

11. ESTIMATIVA E JUSTIFICATIVA DE PREÇOS

O valor estimado da contratação foi definido com base na **proposta técnica e financeira apresentada pela instituição a ser contratada**, a qual detalha de forma clara e objetiva os serviços a serem prestados, incluindo internação psiquiátrica integral, acompanhamento multiprofissional contínuo e demais atendimentos necessários ao tratamento do paciente.

Para fins de **verificação de conformidade, compatibilidade de preços e disponibilidade de vagas**, procedeu-se à consulta de **contratações similares realizadas por outros entes públicos**, devidamente registradas na Plataforma Nacional de Contratações Públicas – PNCP, as quais demonstram valores praticados no mercado para serviços equivalentes, a exemplo das contratações realizadas pelos Municípios de Guaporé/RS, Pouso Redondo/SC e Município de Florianópolis/SC.

Guaporé/RS - https://pncp.gov.br/app/editais/87862397000109/2025/1135

Pouso Redondo/SC- https://pncp.gov.br/app/editais/12321353000172/2025/16

Florianópolis/SC-https://pncp.gov.br/app/editais/80673411000187/2025/176

Registra-se que **outras instituições especializadas foram contatadas**, contudo, **não possuíam vagas disponíveis de forma imediata**, requisito essencial diante da urgência do caso e da necessidade de cumprimento de decisão judicial. Em um dos contatos realizados, houve indicação de eventual disponibilidade, porém o valor apresentado seria **tecnicamente mais elevado**, considerando que a cobrança seria proporcional a período inferior a um mês, o que tornaria a contratação **financeira e tecnicamente inviável**, além de incompatível com a estimativa inicial de 30 (trinta) dias de internação.

Dessa forma, o valor estimado reflete **condições adequadas, justas e compatíveis com a realidade de mercado**, observando-se os princípios da **economicidade, eficiência, razoabilidade e interesse público**, bem como assegurando a **viabilidade financeira da contratação**, sem prejuízo da qualidade e da continuidade do atendimento necessário.

12. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas correrão por conta dos recursos consignados no orçamento de exercício de 2025:

ÓRGÃO - 10.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE - 10.002 - ATIVIDADES MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA - 10.302.0012.2.040 - MANUT. PROGRAMA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

DESPESA: 3.3.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

RECURSO: 1.500.1002.0000 - RECURSOS DE IMPOSTOS DESTINADOS A SAÚDE

13. MODALIDADE

A modalidade adotada para a presente contratação é a **inexigibilidade de licitação**, com fundamento no **art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021**, uma vez que restou devidamente caracterizada a **inviabilidade de competição**.

Conforme demonstrado ao longo da instrução processual, a demanda refere-se à **prestação de serviço especializado de internação psiquiátrica infantil em regime integral**, decorrente de **situação emergencial e de cumprimento de decisão judicial**, na qual se constatou que, no

momento da necessidade, **apenas um fornecedor reúne condições técnicas, operacionais e legais**, bem como **disponibilidade imediata de vaga**, aptas a atender de forma eficaz e tempestiva à necessidade da Administração Pública.

O levantamento de mercado realizado evidenciou que **não há pluralidade de fornecedores aptos** a concorrer em igualdade de condições, seja pela ausência de vagas disponíveis, seja pela incompatibilidade técnica ou estrutural das instituições consultadas, circunstância que inviabiliza a realização de procedimento licitatório competitivo. Ademais, a natureza do objeto e a urgência do atendimento tornam incompatível a adoção de critérios comparativos de vantajosidade típicos das modalidades licitatórias, reforçando a impossibilidade de competição.

Dessa forma, a contratação direta por inexigibilidade mostra-se **juridicamente adequada e necessária**, atendendo aos princípios da **legalidade, eficiência, razoabilidade, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público**, estando o processo devidamente instruído com a **justificativa da razão da escolha do fornecedor** e a **justificativa do preço**, em conformidade com os arts. **72, 74 e 23 da Lei nº 14.133/2021**.

14. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

A empresa **apresentou toda a documentação pertinente e exigida**, atendendo integralmente às condições estabelecidas para a contratação.

15. INSTRUMENTO CONTRATUAL

a) A formalização da presente contratação ocorrerá mediante **instrumento contratual**, conforme dispõe o art. 89 da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de serviço cujo valor e complexidade exigem celebração de contrato administrativo
b) O contrato somente será assinado após a **ratificação da inexigibilidade**, a **comprovação da regularidade de habilitação**, a **adequada instrução do processo administrativo** e a **publicação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, nos termos dos arts. 94 e 175 da Lei 14.133/2021.
Quaisquer alterações contratuais somente poderão ocorrer mediante termo aditivo devidamente justificado, observando-se as hipóteses previstas nos arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021.

16. VIGÊNCIA

A contratação terá **vigência inicial de 30 (trinta) dias**, contados a partir da data de sua formalização, **podendo ser prorrogada**, de forma excepcional, **nos termos do art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021**, mediante justificativa técnica, avaliação da evolução do quadro clínico, comprovação da necessidade da continuidade do serviço e conforme a **conveniência e o interesse da Administração Pública**.

17. GARANTIA E RESPONSABILIDADES

a) A garantia do objeto contratado consistirá na prestação integral, contínua e adequada dos serviços de internação psiquiátrica, em conformidade com as condições estabelecidas no instrumento contratual, nas normas técnicas e sanitárias vigentes e na legislação aplicável.
b) A contratada deverá garantir:

- A **manutenção das condições técnicas, operacionais e assistenciais** durante todo o período de execução do contrato;
- A disponibilidade de **equipe multiprofissional qualificada**, com acompanhamento clínico contínuo;
- O cumprimento do **plano terapêutico definido pela equipe médica**, assegurando atendimento digno, seguro e humanizado;
- A observância dos direitos do paciente e das normas éticas que regem a prestação de serviços em saúde mental.

c) A **validade do objeto** corresponderá ao período de **30 (trinta) dias de internação psiquiátrica em regime integral**, contados a partir da data de ingresso da criança na instituição hospitalar, podendo ser prorrogada mediante nova avaliação técnica e autorização da Administração Pública, nos termos da legislação vigente.
d) Eventuais falhas na execução do objeto, interrupções indevidas ou descumprimento das condições pactuadas sujeitarão a contratada às **sanções administrativas previstas em lei e no contrato**, sem prejuízo das demais medidas cabíveis. Dessa forma, a garantia e a validade do objeto asseguram à Administração Pública a **qualidade, continuidade e efetividade do serviço contratado**, atendendo ao interesse público e às necessidades que motivaram a contratação.

18. SANÇÕES

As sanções aplicáveis em caso de inexecução total ou parcial seguirão o disposto nos **arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021**.

19. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além daquelas previstas na legislação vigente e neste instrumento:

I. Realizar todas as atividades previstas neste instrumento contratual, observando rigorosamente as condições técnicas, legais, assistenciais e administrativas pactuadas.

II. Prestar os serviços de internação psiquiátrica em regime integral (24 horas), pelo período contratado, garantindo atendimento contínuo, seguro, especializado e humanizado.

III. Disponibilizar estrutura física adequada, compatível com o objeto contratado, em conformidade com as normas sanitárias, técnicas e de segurança aplicáveis.

IV. Manter equipe multiprofissional qualificada, composta por médicos psiquiatras, profissionais de enfermagem, psicologia e demais áreas necessárias, assegurando acompanhamento clínico contínuo, atendimento de intercorrências e execução do plano terapêutico definido.

V. Realizar avaliação psiquiátrica inicial e reavaliações periódicas, garantindo tratamento medicamentoso e terapêutico adequado à evolução clínica do paciente.

VI. Manter prontuário médico atualizado, bem como elaborar e encaminhar relatórios técnicos e clínicos, sempre que solicitados pela Administração Pública ou por autoridade competente.

VII. Respeitar integralmente os direitos do paciente, assegurando atendimento digno, ético e humanizado, nos termos da legislação vigente, especialmente do Estatuto da Criança e do Adolescente e das normas de saúde mental.

VIII. Cumprir integralmente as determinações administrativas e judiciais relacionadas à internação e ao tratamento do paciente.

IX. Manter, durante toda a execução do contrato, a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e sanitária exigida para a contratação.

X. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, qualquer fato relevante, intercorrência clínica ou situação que possa comprometer a execução do objeto contratado.

XI. Manter sigilo absoluto sobre todas as informações, dados e documentos a que tiver acesso em razão da execução do contrato, por prazo indeterminado, respondendo civil, administrativa e criminalmente por eventual violação, excetuadas as hipóteses legais de divulgação ou autorização expressa da CONTRATANTE.

XII. Responsabilizar-se pelo seguro de acidentes pessoais e de vida de todos os seus prepostos e colaboradores envolvidos na execução dos serviços.

XIII. Providenciar todos os recursos humanos, materiais, insumos e equipamentos necessários à perfeita execução do objeto, estando incluídos no preço contratado todos os custos diretos e indiretos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, benefícios, administração e lucro.

XIV. Assumir inteira responsabilidade administrativa, civil e penal por atos ou omissões que causem danos à Administração, ao paciente ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

XV. Acatar integralmente a fiscalização da CONTRATANTE, atendendo prontamente às solicitações do gestor ou fiscal do contrato.

XVI. Permitir a verificação da execução dos serviços, sempre que solicitado, com a presença de representante da CONTRATANTE.

XVII. Garantir que os serviços sejam prestados exclusivamente por profissionais pertencentes ao seu quadro funcional, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre a CONTRATANTE e os profissionais da CONTRATADA.

XVIII. Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, quando aplicável.

XIX. Durante o prazo de vigência contratual, reparar eventuais falhas ou irregularidades decorrentes da má execução dos serviços, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

XX. A inadimplência da CONTRATADA não transfere à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

21.2. Das Obrigações da Contratante

II – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

I. Providenciar a formalização da contratação e as autorizações administrativas necessárias à execução do objeto.

II. Receber e acompanhar a execução do objeto nos prazos e condições estabelecidos neste instrumento.

III. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços por meio de gestor e fiscal do contrato devidamente designados.

IV. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços.

V. Efetuar o pagamento dos valores devidos à CONTRATADA, na forma e nos prazos estabelecidos, mediante comprovação da execução do serviço.

VI. Fornecer à CONTRATADA as informações necessárias à adequada execução do objeto, respeitados os limites legais e a confidencialidade dos dados.

VII. Adotar as providências administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual, aplicando, se necessário, as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

VIII. Rescindir o contrato, unilateralmente, nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

IX. A Administração não responderá por compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos de seus empregados, prepostos ou subordinados.

X. Zelar pela observância dos princípios da Administração Pública, especialmente os da legalidade, eficiência, economicidade, razoabilidade e interesse público.

20. UNIDADE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

Secretaria Municipal de Assistência Social
Responsável: Claudia M. K. Teixeira- Assistente Social

Belmonte – SC, 22 de dezembro de 2025.

Claudia M. K. Teixeira
Assistente Social

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2025

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO **PREFEITURA MUNICIPAL DE BELMONTE-SC**, E DE OUTRO LADO A EMPRESA **_____**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELMONTE-SC, inscrita no CNPJ sob nº....., neste ato representado pelo(a) Senhor(a), ..., a seguir, denominada **CONTRATANTE**, e a empresa ……., pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua …… CNPJ/MF sob o n° ……., ora denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo(a) Sr(a) ……., CPF nº ……., carteira de identidade nº ……., conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos. E em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 do Decreto Municipal nº 99/2025 de 29 De Maio De 2025 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Contrato**, decorrente do **Processo Licitatório Nº.../2025, Inexigibilidade de Licitação Nº ..../2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Este Contrato tem como origem o Processo Administrativo nº ...../2025, instaurado pela CONTRATANTE, objetivando **A CONTRATAÇÃO DE** VAGA EM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO INFANTIL PARA CRIANÇA DE ATÉ 12 (DOZE) ANOS**, PARA** INTERNAÇÃO EM REGIME INTEGRAL**, PELO PERÍODO DE** 30 (TRINTA) DIAS **DESTINADA AO ATENDIMENTO DE PACIENTE EM SITUAÇÃO DE SOFRIMENTO PSÍQUICO GRAVE, QUE DEMANDA CUIDADOS ESPECIALIZADOS, MONITORAMENTO CLÍNICO CONTÍNUO E TRATAMENTO MULTIPROFISSIONAL, CONFORME INDICAÇÃO TÉCNICA E DETERMINAÇÃO JUDICIAL.**

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Pelo objeto ora adquirido, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, conforme abaixo discriminado:

De acordo com a proposta no valor total de R$ ..... ( ).

2.3 Dos itens deste contrato:

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

8.4. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa na dotação orçamentária do ano de 2025 e anos subsequentes.
ÓRGÃO - 10.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE - 10.002 - ATIVIDADES MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA - 10.302.0012.2.040 - MANUT. PROGRAMA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

DESPESA: 3.3.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

RECURSO: 1.500.1002.0000 - RECURSOS DE IMPOSTOS DESTINADOS A SAÚDE

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa na dotação orçamentária do ano de 2026 e anos subsequentes.
4.2. O pagamento será feito no último dia útil de cada mês após a emissão da nota fiscal de cada serviço, devidamente atestada pelo responsável.
4.3. O Município de Belmonte-SC não se responsabiliza por eventuais atrasos no pagamento considerando a não entrega do documento fiscal, bem como, da substituição do documento por erro de preenchimento e emissão.
4.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.
4.5. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
4.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
4.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO E REAJUSTE

5.1. A concessão de revisão ou recomposição, reajuste, e repactuação dos preços se dará na forma da legislação vigente.
5.2. Os prazos para resposta ao pedido de repactuação de preços e de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 05 dias úteis, a contar das datas do recebimento do pedido.
5.3. Os preços apresentados nas propostas serão permanentes e irreajustáveis em período inferior a 12 (doze) meses, de acordo com a legislação vigente, podendo ser corrigido pelo **IPCA** após o período citado com data-base vinculada à data do orçamento estimado, ou, na ausência deste, outro índice aplicável.
5.4. O reequilíbrio econômico poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo(a) CONTRATADO (A) desde que comprovado caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d" da lei nº 14.133/93, sendo que a resposta de deferimento ou indeferimento do pedido ocorrerá sempre no primeiro dia do mês subsequente a requisição.
5.5. Se concedido o reequilíbrio este atingirá somente compras futuras, posteriores ao pedido, não recaindo nas compras já solicitadas e empenhadas. Devendo o fornecedor entregar os bens já empenhados pelo valor da licitação.
5.6. Caso ocorra a solicitação de repactuação a Contratante responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

CLÁUSULA SEXTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto/serviço da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “d” do subitem 11.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

6.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº14.133, de 2021).

6.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art.156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

6.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Quando da inexecução total ou parcial dos serviços contratados, fica assegurado ao Município o direito de rescisão, respeitado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

A extinção do contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
d) A formalização da extinção do contrato deverá observar o disposto nos art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1. O prazo de vigência do contrato decorrente deste procedimento licitatório terá o prazo de …… de …….. de 202…. dias contados a partir da data da emissão do instrumento contratual.

8.2. A contratação terá **vigência inicial de 30 (trinta) dias**, contados a partir da data de sua formalização, **podendo ser prorrogada**, de forma excepcional, **nos termos do art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021**, mediante justificativa técnica, avaliação da evolução do quadro clínico, comprovação da necessidade da continuidade do serviço e conforme a **conveniência e o interesse da Administração Pública**.

CLÁUSULA NONA – DO FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO/SERVIÇO

9.1. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o Termo de Referência do Edital.

9.2. O serviço licitado deverá ser realizado pela licitante pelo valor aprovado no processo, sendo vedada a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado.

9.4. O objeto do presente contrato será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.5. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras inerentes ou decorrentes da presente contratação:

I. Realizar todas as atividades previstas neste instrumento.

II. Manter sigilo das informações coletadas na CONTRATANTE por prazo indeterminado. A não-observância de quaisquer das disposições de confidencialidade ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA, como também o agente causador ou facilitador, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos e estimados pela CONTRATANTE, inclusive aqueles de ordem moral, bem como à assunção de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo, não sendo aplicado esta disposição para as informações que se tornaram de domínio público, por outro meio de divulgação que não pela CONTRATADA, ou por anuência da empresa CONTRATANTE.

III. Responsabilizar-se pelo seguro de acidentes pessoais e de vida de todos os seus prepostos e colaboradores que participarão na execução dos serviços objeto deste instrumento.

IV. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com encargos fiscais, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, ou seja, todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários ao perfeito fornecimento dos serviços pela CONTRATADA;

V. Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação;

VI. Manter, durante toda a execução do presente objeto, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

VII. Comunicar por escrito à CONTRATANTE qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato;

VIII. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo fiscal do contrato, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

IX. Promover, com a presença de representante da CONTRATANTE, a verificação do fornecimento efetuado, confirmando que os serviços foram prestados adequadamente, conforme previsão contratual;

X. Adotar as providências necessárias para assegurar a satisfatória execução do Contrato e os fins a que se destina;

XI. A inadimplência da licitante vencedora não transfere ao Município de Belmonte-SC a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contratado.

XII. Demais obrigações encontram-se disposta no TERMO DE REFERÊNCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Uma vez homologado o processo ou, conforme o caso, firmada a contratação, o Município se obriga a:

XIII. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

XIV. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

XV. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

XVI. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

XVII. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

XVIII. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

XIX. Rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados e situações indicadas nos art. 137 a art. 139 da Lei 14.133/21;

XX. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

XXI. Designar pessoa responsável pelas atividades programadas na empresa, que deverá manter contato com o/a responsável da contratada, facilitando o processo.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 99/2025 de 29 de maio de 2025 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 99/2025 de 29 de maio de 2025.

13.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5. O presente contrato pode ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 137 e seguintes da Lei n° 14.133/2021.

13.6. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 138, inciso I, da Lei n° 14.133/2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– FORO

15.1. Fica eleito o Foro da comarca de Descanso/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Belmonte - SC, ____ de _____ de 2025.

Jair Antônio Giumbelli
Prefeito Municipal

Empresa contratada

Testemunhas:

1-

2-

@prefeituradebelmontesc
@prefeituradebelmonte
administracao@belmonte.sc.gov.br
49 3625 0055 | 3625 0066 | 3625 0079 | 3625 0308
acesse o site aqui

DECLARO QUE SOU GESTOR (A) DO PRESENTE CONTRATO, DE CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 003/2021 DE 04 DE JANEIRO DE 2021, RECEBI UMA CÓPIA E ESTOU INCUMBIDO DE FISCALIZAR E GERIR O CUMPRIMENTO DESTE NO QUE SE REFERE A SECRETARIA A QUAL ESTOU VINCULADO.

NOME

CARGO

MATRÍCULA Nº

DECLARO QUE SOU FISCAL DO PRESENTE CONTRATO, DE CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 003/2021 DE 04 DE JANEIRO DE 2021, RECEBI UMA CÓPIA E ESTOU INCUMBIDO DE FISCALIZAR E GERIR O CUMPRIMENTO DESTE NO QUE SE REFERE A SECRETARIA A QUAL ESTOU VINCULADO.

NOME

CARGO

MATRÍCULA Nº

TEREZINHA F. P. KLEIN

OAB/SC 36.087
Visto Jurídico

ANEXO III

RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2025

Em atendimento à demanda apresentada e considerando a documentação constante nos autos, **comunico** que foi devidamente instruído o processo administrativo referente à **contratação direta, por inexigibilidade de licitação**, destinada à **internação psiquiátrica em regime integral (24 horas) de criança**, pelo período inicial de **30 (trinta) dias**, com possibilidade de prorrogação, conforme avaliação técnica e conveniência administrativa.

A contratação encontra respaldo no **art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021**, diante da **inviabilidade de competição**, caracterizada pela **urgência do atendimento**, pela **necessidade de cumprimento de decisão judicial**, pela **ausência de vagas disponíveis na rede pública** e pela **existência de apenas uma instituição que, no momento da demanda, apresentou disponibilidade imediata de vaga**, estrutura adequada e capacidade técnica compatível com a complexidade do caso.

Restou devidamente demonstrada, no processo, a **razão da escolha do fornecedor**, bem como a **justificativa do preço**, nos termos do **art. 72, inciso VI**, e do **art. 23, § 4º**, ambos da Lei nº 14.133/2021, tendo sido comprovada a compatibilidade dos valores praticados com aqueles observados em contratações similares, inclusive mediante consulta à **Plataforma Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, além da apresentação de documentação idônea pela instituição contratada.

Verificou-se, ainda, que a empresa selecionada **Plenno Jovens Anjos Centro Terapêutico LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 61.968.757/0001-68**, atende integralmente às exigências legais, não havendo óbices à formalização da contratação.

Diante do exposto, **RATIFICO** a contratação direta da referida instituição, por inexigibilidade de licitação, reconhecendo a **legalidade, necessidade, urgência, adequação técnica e vantajosidade da medida**, a qual se mostra indispensável para a preservação da saúde, da integridade física e psíquica do paciente, bem como para o atendimento do **interesse público**, em consonância com os princípios da **legalidade, eficiência, economicidade, razoabilidade e dignidade da pessoa humana**.

Determino, por fim, o **prosseguimento do feito**, com a adoção das providências necessárias à formalização do contrato e demais atos administrativos pertinentes.

Belmonte-SC, 22 de dezembro de 2025

JAIR ANTONIO GIUMBELLI:79601960953

Assinado de forma digital por JAIR ANTONIO GIUMBELLI:79601960953
Dados: 2025.12.22 12:31:03 -03'00'

Jair Antônio Giumbelli
Prefeito(a) Municipal

gov.br
Documento assinado digitalmente
JULIANA SCARANTI
Data: 22/12/2025 12:12:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Juliana Scaranti

Secretária Municipal De Saúde